

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 509 - Brasília, terça-feira, 22 de julho de 1997

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem dirigentes do grupo empresarial chileno Luksic, acompanhados do embaixador daquele país. O diretor do empresa, Guillermo Luksic (ao lado de ACM), anunciou a intenção de investir em telecomunicações e petróleo no Brasil. Pág. 3



Emília pede ação conjunta

## Números da prostituição infantil preocupam

Preocupada com a denúncia de que 500 mil jovens vendem o corpo para fugir da miséria no Brasil, a senadora Emília Fernandes conclamou as autoridades e o governo a uma ação conjunta com a sociedade para enfrentar a questão. Ao considerar que no país há leis suficientes para coibir os abusos sexuais contra menores, a senadora Marina Silva também exortou a sociedade a reagir ao problema. **Página 4**

## Dutra: reforma ampla e não ajuste na Previdência

"Está havendo desperdício de tempo e energia", afirmou ontem o líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra, ao comentar a intenção do governo de promover uma nova reforma da Previdência daqui a cinco anos, por considerar como apenas "ajustes" as mudanças em discussão no Congresso. Na avaliação do líder da oposição, o mais con-

veniente seria realizar agora uma reforma com a profundidade necessária, "sem a rapidez desejada".

Hoje, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar os destaques das emendas ao substitutivo apresentado pelo senador Beni Veras (PSDB-CE) à proposta de emenda constitucional que reforma a Previdência Social. **Pág. 3**



Dutra defende reforma sem a pressa desejada pelo governo

## Sai hoje parecer sobre emendas ao efeito vinculante

*"Senado pode ter orgulho do trabalho que realizou", diz ACM, ao avaliar a convocação*

O Senado vai conhecer hoje o parecer do senador Jefferson Pêres às emendas de plenário à proposta de emenda constitucional que institui o efeito vinculante das decisões sumuladas do Supremo Tribunal Federal. Para amanhã está prevista a apreciação em primeiro turno da matéria, a últi-

ma a ser votada na convocação extraordinária. Ontem, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou que a Casa "pode ter orgulho do trabalho que realizou neste período". Ele confirmou a votação da reforma da Previdência em agosto. **Páginas 2 e 3**

## CPI realiza hoje duas reuniões

Às 10h, CPI dos Precatórios discute procedimentos para votar relatório. Às 17h, órgãos tomam conhecimento do que foi apurado. **Página 2**

## Alcântara faz balanço de programa

Senador Lúcio Alcântara faz um balanço positivo do programa do Ministério do Planejamento que prevê a aplicação de R\$ 4,5 bilhões para construir 500 mil moradias. **Página 4**

Uma reunião preparatória, na manhã, definirá os procedimentos para discussão e votação, que se iniciam no período vespertino

## CPI dos Precatórios aprecia hoje relatório

A CPI dos Precatórios tem duas reuniões marcadas para hoje. Às 10h, a comissão se reúne para definir os procedimentos de discussão e votação do relatório apresentado pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), como conclusão das investigações realizadas sobre a emissão e negociação de títulos para pagamento de precatórios.

Às 17h, a CPI recebe re-

presentantes do Ministério Público, Polícia Federal, Tribunal de Contas da União, Banco Central e Receita Federal, que tomarão conhecimento oficial dos indícios de crimes apurados pela CPI, podendo oferecer sugestões para aumentar a eficácia do Legislativo na prevenção desses delitos.

Na mesma reunião das 17h, os senadores interessados poderão oferecer votos em

separado ao relatório de Requião. Será então iniciada a discussão do relatório e desses votos em separado.

Caso o relator não queira acatar idéias que alterem seu documento, poderá haver recursos para a deliberação do plenário da comissão, conforme explicou o presidente em exercício da CPI, Geraldo Melo (PSDB-RN). A discussão do relatório prosseguirá amanhã.

## Jefferson dá parecer sobre emendas ao efeito vinculante

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) apresentará hoje seu relatório sobre as emendas de plenário à proposta de emenda constitucional que institui o princípio do efeito vinculante das decisões sumuladas do Supremo Tribunal Federal. A leitura do relatório será no próprio plenário. De autoria do senador Ronaldo Cunha

Lima (PMDB-PB), a proposta deverá ser votada em primeiro turno pelo Senado amanhã.

A medida obriga todos os tribunais e o Poder Executivo a seguir em aquelas decisões do STF. Ronaldo Cunha Lima argumenta que o efeito vinculante evitará que qualquer juiz de primeira instância dê uma decisão diferente até mesmo sobre uma questão já votada

pelo Supremo.

Na sessão de hoje, o plenário deve discutir e votar, em regime de urgência, projeto de resolução que autoriza a União a contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 90 milhões junto ao Banco Mundial (Bird), destinados ao financiamento parcial do Projeto Piloto de Alívio à Pobreza e Reforma Agrária.

## João Rocha cobra dos bancos função social

O senador João Rocha (PFL-TO) defendeu ontem o cumprimento pelos bancos privados da função social que lhes cabe no incentivo à produção. "Se a propriedade deve ter uma função social, como reza a Constituição, o que dizer do capital financeiro que representa os meios de produção?", questionou.

- Com o fim da inflação, temos condições de construir um crescimento econômico em bases sólidas. Os bancos brasileiros podem ter um importante papel no sentido de viabilizar esse crescimento, desde que ultrapassem uma ótica excessivamente imediatista. O governo, por sua vez, deve criar e garantir a continuidade de um ambiente econômico em que a especulação não seja premiada - assinalou.

Na opinião de João Rocha, as instituições financeiras, no curso da história brasileira, jamais cumpriram plenamente a função de viabilizar o potencial produtivo da economia nacional. "Houve, nas últimas três décadas, um desenvolvimento



João Rocha: pelo crescimento

excepcional do sistema financeiro sem que lhe correspondesse um significativo incremento na oferta de crédito aos setores produtivos", considerou.

- É certo que os bancos privados não são os únicos responsáveis pelo desvirtuamento de suas legítimas funções. Se eles fizeram e continuam fazendo o papel de vilão, também é verdade que eles não escreveram a política econômica e financeira do país. Entretanto, se essas instituições nada procuram fazer de substancial para que seus lucros astronômicos revertam em benefício da sociedade, tampouco nada lhes foi cobrado nesse sentido - disse João Rocha.

### JORNAL DO SENADO

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
 2º Vice-Presidente: Júnia Marise  
 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
 2º Secretário: Carlos Patrocínio  
 3º Secretário: Flaviano Melo  
 4º Secretário: Lucídio Portella  
 Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho  
 Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
 Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita  
 Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios  
 Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos  
 Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade  
 Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso  
 Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda  
 Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy  
 Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro  
 Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

## Agenda do Dia

**PRESIDENTE**  
 Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Despacho interno  
 15h30 - Presidência Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

**PLENÁRIO**  
 14h30 - Sessão Deliberativa do Senado  
 Pauta: Apreciação da "PEC nº 54/95, que trata do efeito vinculante, e do "Projeto de Resolução nº 89/97, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, no valor equivalente a até US\$ 90 milhões, destinada a financiar parcialmente o Projeto Piloto de Alívio à Pobreza e Reforma Agrária.

**COMISSÕES**  
 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
 Pauta: Apreciação da "PEC nº 33, que modifica o Sistema de Previdência Social e estabelece normas de transição.  
 10h - CPI dos Precatórios  
 Pauta: Ordenamento dos trabalhos para a votação do relatório proposto pelo senador Roberto Requião. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho  
 17h - CPI dos Precatórios

Pauta: 1. Esclarecimentos sobre os procedimentos que deverão ser adotados pelo Ministério Público, Tribunal de Contas da União, Receita Federal, Polícia Federal e Banco Central.  
 2. Prazo final de vista coletiva e recebimento de votos em separado ao relatório.  
 3. Início da discussão e votação do relatório e dos votos em separado. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

#### PREVISÃO DE TRABALHOS

**PLENÁRIO**  
 Quarta-feira (23.07.97)  
 14h30 - Sessão Deliberativa do Senado  
 Pauta: Votação em turno único da "PEC nº 54/95, que trata do efeito vinculante.  
 Quinta-feira (24.07.97)  
 14h30 - Agenda em aberto.  
 Sexta-feira (25.07.97)  
 14h30 - Encerramento dos trabalhos da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária do Senado.

**COMISSÕES**  
 Quarta (23.07), quinta (24.07) e sexta-feira (25.07.97)  
 Pauta: Trabalhos de conclusão do relatório final da CPI dos Precatórios, para encaminhamento à Mesa do Senado.

*Presidente do Senado considera que declarações prestadas à revista Veja pelo ministro das Comunicações não facilitam o trabalho do Congresso Nacional, mas que se trata de "um problema do presidente da República"*

# Fala de Motta não foi conveniente, diz ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem, em entrevista, que as declarações do ministro das Comunicações, Sérgio Motta, na revista *Veja* desta semana, "não foram convenientes", mas ressaltou que se trata de um problema exclusivamente do presidente da República.

- Não estou magoado com o ministro. Ele foi generoso comigo no lado político e, em matéria de faturamento, ele conhece fatura melhor do que eu - afirmou Antonio Carlos Magalhães.

O presidente do Senado considerou que a entrevista de Sérgio Motta não irá causar constrangimento na base de

sustentação política do governo. "É claro que não facilitou o trabalho do Congresso Nacional, mas repito que é um problema do presidente, afinal trata-se de um ministro de sua confiança", frisou.

- Não vou pedir nenhuma providência e nem tenho como, mas se as coisas não andarem bem nesta Casa,

sabe-se qual é a razão - assinou.

## CONVOCAÇÃO

Antonio Carlos Magalhães declarou que está muito feliz com os resultados da convocação extraordinária do Congresso Nacional. "O Senado pode ter orgulho do trabalho que realizou neste período", disse. Ele lembrou que todas

as matérias previstas na convocação foram votadas pelos senadores, salvo a proposta de emenda constitucional instituindo o efeito vinculante, incluída na pauta para ser apreciada esta semana, e a reforma da Previdência, que será apreciada em agosto, ambas em primeiro turno.

## Amorim e Ribeiro visitam presidente do Senado

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem a visita do representante do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU), embaixador Celso Amorim.

Antonio Carlos Magalhães recebeu também o presidente em exercício do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Antônio de Pádua Ribeiro.



Antonio Carlos recebe o representante do Brasil junto à ONU, Celso Amorim



O ministro Antônio de Pádua Ribeiro com Antonio Carlos

## Dutra quer reforma, em vez de "ajuste"

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, lamentou ontem, em discurso, que o governo pretenda fazer uma nova reforma da Previdência Social daqui a cinco anos, pois considera que as mudanças em discussão no Congresso são apenas "ajustes". Para ele, "está havendo desperdício de tempo e energia" por parte do governo e do Congresso e o melhor seria fazer agora "uma reforma com a profundidade necessária, sem a rapidez desejada".

- Na verdade, apesar de todo o *marketing* de que estão acabando com privilégios, alguns estão sendo mantidos. Se o Congresso está, sem dúvida, atacando pequenos privilégios do serviço público, deveria dar o exemplo e acabar com as aposentadorias especiais de parlamentares. Também não se justifica manter um sistema diferenciado para os militares - observou.

Apesar disso, Dutra disse que vê "com bons olhos" a parte do substitutivo do sena-

dor Beni Veras (PSDB-CE) que trata da paridade entre ativos e aposentados do serviço público. No entanto, não vê razões para que o governo perca a oportunidade de instituir o regime geral único de previdência para empregados de empresas privadas, funcionários públicos, militares e parlamentares.

Ponderou que o relator, ao aceitar introduzir o fator renda na paridade ativos-inativos do serviço público, deveria também concordar com o mesmo critério para beneficiar as pessoas mais pobres que se aposentam pelo INSS. Assim, pes-

soas que contribuem sobre baixos salários poderiam se aposentar antes dos 60 anos, idade que passará a ser comum

*"Apesar de todo o marketing de que estão acabando com privilégios, alguns estão sendo mantidos", diz Dutra*

a todos os homens (no caso das mulheres, 55 anos). Lembrou que pessoas mais pobres comecem a trabalhar mais cedo e, em função de suas piores condições de vida, acabam viven-

do menos.

- É possível que grande parte das pessoas que ganham um, dois ou três salários mínimos não possam se aposentar aos 60 anos, porque podem morrer antes disso. O relator não concordou com uma proposta de minha autoria, com esse objetivo, alegando que seria criado um sistema de controle absolutamente complexo. Discordo disso - opinou.

José Eduardo Dutra discordou também do parágrafo do substitutivo de Beni Veras que dá dois anos aos fundos de pensão das estatais para se adaptarem às novas regras. Ele concorda, "em termos gerais", que a contribuição da estatal não possa ser maior que a contribuição dos funcionários, "apesar de a realidade não ser muito diferente". Observou que se deveria separar o que é contribuição normal a fundos de pensão e o que são participações de estatais para pagar dívidas trabalhistas da época em que foram criados os fundos.

## CCJ vota hoje destaques ao substitutivo de Beni

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida interinamente pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), vota hoje, a partir das 10h, os destaques

das emendas ao substitutivo apresentado pelo senador Beni Veras (PSDB-CE) à proposta de emenda constitucional que reforma a Previdência Social.

## Empresário chileno vai investir mais no Brasil

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu na tarde de ontem o diretor do grupo chileno Luksic, Guillermo Luksic, acompanhado do embaixador do Chile no Brasil, Heraldito Muñoz. O empresário afirmou, durante o encontro, que está disposto a investir no Brasil, especialmente nas áreas de telecomunicações e de petróleo, serviços que tiveram o monopólio estatal flexibilizado recentemente pelo Congresso.

O grupo Luksic controla 58 empresas, entre bancos, companhias de telecomunicações, manufatura de cobre e produção de alimentos. Recentemente o grupo adquiriu o controle da Ficap, segunda maior empresa brasileira de fios de cobre.



Calheiros: homenagem ao jornalista

## Calheiros reverencia Freitas Neto

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) reverenciou a memória do jornalista, advogado e professor João Vicente Freitas Neto, que, com a esposa, faleceu recentemente em acidente aéreo ocorrido em Cuba.

- A sua morte prematura, aos 48 anos de idade, simboliza os compromissos e as idéias por que lutou. Sem dúvida alguma, João Vicente Freitas Neto deixa uma séria lacuna no mundo da inteligência alagoana, razão pela qual venho aqui prestar-lhe minha última homenagem - disse o senador.

## "Época de Távora" vai até sábado

"Um arquivo para a posteridade e para as futuras gerações, sobre a história de um homem que foi um exemplo para o Brasil." Assim o jornalista e historiador Fernando Girão definiu a exposição *Virgílio Távora e sua época*, inaugurada ontem na Vitrine dos Estados, situada ao longo do corredor que liga o Anexo I ao Edifício Principal do Senado.

A mostra *Virgílio Távora e sua época*, organizada por Girão, poderá ser vista até o dia 26. Exibe fotografias, artigos e depoimentos de personalidades sobre o ex-senador cearense e Constituinte de 1988. A exposição tem o apoio da Casa do Ceará em Brasília e patrocínio da Fundação Virgílio Távora, da Universidade do Ceará e outras instituições.

Exploração sexual denunciada em reportagem impressiona a senadora, que vê na má distribuição de renda uma de suas principais causas

## Emília quer o fim do "pornoturismo"

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) conclamou ontem as autoridades e órgãos públicos a uma ação conjunta com a sociedade, para se obter uma redução significativa dos índices de prostituição infantil no país. Ela comentou reportagem publicada pelo jornal *Correio Brasileiro*, sob o título "Brasil é o campeão mundial de prostituição infantil".

A matéria baseia-se em dados da Ecpat-Itália, associação internacional de combate à prostituição infantil em mais de 30 países e que afirma que no Brasil

há hoje 500 mil jovens prostituídos para fugir da miséria, a maioria no Norte e Nordeste, onde o chamado "pornoturismo" é o maior responsável pela prostituição. Apenas em Fortaleza, desembarcam anualmente cerca de 70 mil italianos em busca de "turismo sexual".

Emília Fernandes entende que muito já se fez em termos de diagnóstico, de atribuição de causas e de legislação, faltando o cumprimento da lei e a implementação das políticas governamentais para o setor.

Entre as principais causas da

prostituição infantil, a senadora destacou a pobreza decorrente de estruturas sócio-econômicas desiguais e injustas.

Não é à toa, frisou Emília Fernandes, que o Brasil é também campeão em concentração de renda. "Causa maior da exclusão e da miséria". O efeito desse quadro sobre as famílias explicaria, a seu ver, as cerca de 20 mil denúncias de maus-tratos à criança registradas anualmente. Destas, 2.700 referem-se a abusos sexuais.

Em aparte, a senadora Mari-

na Silva (PT-AC) concordou que o país já conta com dispositivos legais suficientes

*É preciso aplicar a lei para conter o turismo sexual, que investe sobre crianças e adolescentes, notadamente no Nordeste*

para coibir os abusos sexuais contra menores. Também para ela, a maior falha está nas repostas sociais, de caráter estrutural.

## Marina discute Amazônia na SBPC

"Que a Amazônia, além de ser sinônimo de moderno, também consiga ser eterna", disse a senadora Marina Silva (PT-AC), ao relatar sua participação na 49ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência



Marina: sustentabilidade

(SBPC), realizada em Belo Horizonte. No evento, ela falou sobre o uso múltiplo da floresta amazônica, mostrando que é possível construir um modelo de desenvolvimento racional que leve em conta as peculiaridades da região.

- Em primeiro lugar, é bom ressaltar que a palavra amazônica, por natureza, é diversidade. Portanto, não podemos tratar nenhuma proposta de atividade econômica ali como solução única - disse.

Na sua opinião, a floresta comporta várias atividades, incluindo a exploração de madeira, a cultura agroflorestal e a agricultura, desde que respeitados critérios de sustentabilidade. "O governo precisa incorporar as

várias experiências de desenvolvimento sustentável que se realizam na região", alertou.

Ela criticou os fundamentos teóricos que amparam a ocupação da região amazônica, entre eles o de que a floresta é homogênea e o de que a região é um vazio demográfico. Marina disse que a Amazônia é habitada e que a visibilidade conquistada pelos povos da floresta tornou mais difícil a idéia de desenvolvimento baseado na colonização.

A senadora explicou que todos os recursos naturais da Amazônia podem ser explorados de forma sustentável. Lembrando que, na infância, aprendeu a respeitar o meio ambiente em razão do receio que os povos da floresta tinham de ofender divindades, como a mãe-d'água, Marina Silva lamentou que a exploração tenha revogado esses mitos, não os substituindo por nenhum método mais eficaz de conservação dos seus recursos naturais.

## Verba para habitação anima Lúcio Alcântara

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) informou ontem que o Programa de Investimentos da Secretaria de Política Urbana do Ministério do Planejamento aplicará no setor habitacional R\$ 4,5 bilhões. Esses recursos, conforme explicou, proporcionarão a oferta adicional de mais de 500 mil moradias, gerando aproximadamente 620 mil empregos diretos e beneficiando mais de 2,5 milhões de famílias.

Ele disse que, no período de 1993 a 1995, o Brasil, com um déficit habitacional estimado em 14 milhões de unidades habitacionais, financiou apenas 165 mil novas moradias, "o que é totalmente incompatível com a demanda reprimida, com o tamanho e a complexidade da economia brasileira e com a magnitude do PIB".

- Não podemos apoiar invasões de terras nem invasões de prédios urbanos; entretanto, se o Brasil mantiver o mesmo nível de oferta de moradias, não temos dúvida de que não apenas a situação social se agravará tremendamente, mas se repetirão as invasões de prédios



Alcântara: mais moradias

urbanos - afirmou.

Para Lúcio Alcântara, a concretização, pelo governo federal, de programas importantes na área habitacional - destacando-se Habitar-Brasil, Pró-Moradia, Programa Carta de Crédito Individual,

Programa Carta de Crédito Associativo e Programa de Apoio à Produção de Habitações - significa que o Brasil está efetivamente comprometido com todas as diretrizes, princípios e filosofias de ação estabelecidos na Segunda Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Assentos Humanos (Habit II).

Lúcio Alcântara disse ter convicção de que o presidente Fernando Henrique Cardoso adotará todas as providências no sentido de implantar a nova política habitacional, concretizando projetos de grande relevância para a geração de empregos, para o crescimento econômico, para a solução do problema da moradia e para a diminuição do déficit habitacional brasileiro.